

FLÁVIO MOREIRA DA COSTA

Seleção, introdução e notas

**OS 100
MELHORES
CONTOS DE
CRIME E
MISTÉRIO
DA LITERATURA
UNIVERSAL**

3ª Edição

Traduções exclusivas de Marcos Santarrita, Celina Portocarrero, Octávio Marcondes, Alves Moreira, Fani Baratz e Flávio Moreira da Costa.

Traduções selecionadas de Mário Quintana, Rubens Figueiredo, Eglê Malheiros, Heloisa Seixas, Waltensir Dutra, Sergio Faraco, Luísa Ibañez, A.B. Pinheiro de Lemos, George Bernard Sperber (do alemão), Mário da Gama Kury (do grego antigo), Paulo Bezerra (do russo), Ruy Jungman, Ludovico Garmus, Alberto Diniz, João Balduino Kipper, José Rubens Siqueira, Luiz Fernando Martins Esteves, Luiza Helena Martins Correia, Afonso Schmidt, Beatriz Viégas-Faria e Flávio José Cardozo.



O CUSTO DE JUSTIÇA**LEON TOLSTOI**

(1828-1910 | Rússia)

Gigante da literatura russa e universal (como classificar um autor de obras como Guerra e Paz e Ana Karenina?), Tolstói, criador de "grandes sinfonias" literárias, também soube compor peças curtas e sensíveis para um quarteto de cordas ou solo de piano ou um violino tocando em surdina, como esta (paródia? sátira? libelo?) que descobrimos e resgatamos aqui, em homenagem a ele e para o prazer de nós todos, leitores.

Perto da fronteira da França e da Itália, às margens do Mediterrâneo, existe um minúsculo reinado chamado – bem, vamos batizá-lo de Monado. Inúmeras cidadezinhas do interior podem se orgulhar de possuírem mais habitantes do que esse reino, que tem apenas sete mil súditos ao todo, e se as terras do reino fossem divididas, não caberia a eles um acre por cabeça. Mas neste reino de brinquedo existe um reizinho de verdade, que tem um palácio, corte, ministros, generais e um exército.

O exército não é grande – apenas sessenta pessoas – mas, ainda assim, é um exército. Neste reino, como em toda a parte, cobram-se impostos sobre o tabaco, sobre o vinho e sobre o álcool. E embora as pessoas por lá fumem e bebam como acontece em qualquer país, são tão poucas que o Rei ver-se-ia em maus lençóis para alimentar seus cortesãos e oficiais, e a si mesmo se manter, caso não tivesse encontrado uma fonte de renda.

Esta renda especial provém de um cassino onde o povo se distrai com a roleta. O povo joga e, ganhe ou perca, sempre cabe à casa uma percentagem. E dessa percentagem é paga uma larga soma ao Rei. A razão de assim tanto pagarem, na ocasião de nossa história, é ser aquele o único estabelecimento de jogo que restava na Europa.

Alguns dos pequenos soberanos alemães costumavam manter casas de jogo, mas há poucos anos foram proibidos de o fazer. E isso porque tais cassinos fazem um mal enorme aos clientes. Perdendo tudo o que tinham, recorriam a dinheiro que não era seu e perdiam-no também; desesperados, afogavam-se ou metiam uma bala na cabeça. Por isso os alemães proibiram seus governantes de fazerem dinheiro desta forma; no entanto, ninguém se lembrou de proibir o rei de Monado, e ele ficou com o monopólio do negócio. De forma que, agora, quem deseja jogar, vai a Monado. Percam ou ganhem, o Rei tem sempre a sua parte. "Não se consegue palácio de pedra com trabalho honesto", diz o ditado; e o reizinho de Monado sabe que o negócio não é limpo, mas o que se há de fazer? É preciso viver; e tirar rendimento do tabaco e das bebidas também não é uma coisa bonita.

E assim reina ele, e vive, recolhe o dinheiro e mantém na sua corte o cerimonial de um verdadeiro rei. Tem a sua coroação, os seus duques; ele premia, condena e perdoa; e também seus conselheiros, leis e tribunais de justiça — como os outros reis, só que em menor escala.

Acontece que, há alguns anos, um crime de morte foi cometido nos domínios do Rei. O povo daquele reino é pacífico e tal fato jamais acontecera antes.

Os juizes se reuniram com grande cerimonial e julgaram o caso de forma judiciosa. Eram juizes e promotores, jurados e advogados de defesa. Discutiram, julgaram e finalmente, conforme a lei, condenaram o criminoso a ser decapitado. Até aí tudo bem. Submeteram a sentença ao Rei, que a confirmou: "Se o homem tem de ser executado, executem-no."

Havia apenas um ponto duvidoso em questão: Monado não possuía guilhotina nem carrasco para cortar cabeças.

Os ministros estudaram o assunto e resolveram endereçar uma petição ao governo francês, perguntando se não poderiam lhes emprestar uma guilhotina e um especialista em decapitar criminosos; em caso afirmativo, que o governo francês respondesse dizendo quanto isto custaria. A carta foi remetida.

Uma semana depois chegou a resposta: uma guilhotina e um carrasco poderiam ser fornecidos pelo preço de dezesseis mil francos. Levaram o assunto ao Rei, que analisou a proposta. Dezesseis mil francos!

— Este infeliz não vale esse dinheiro todo — disse ele. — Não poderiam fazer por menos? Dezesseis mil francos é mais do que dois francos por cabeça, contando toda a nossa população. O povo não agüentará tanta despesa e pode haver até uma revolta contra isso!

Um Conselho, portanto, foi convocado para decidir o que fazer; e ficou resolvido que se enviasse petição idêntica ao rei da Itália. Carta escrita, a resposta não se fez esperar.

O governo italiano informou que forneceria com prazer a máquina e o carrasco pelo preço de doze mil francos, incluindo despesas de viagem. Era mais barato, mas ainda parecia alto. O infeliz realmente não merecia tanto dinheiro gasto. Continuava representando quase dois francos por cabeça no recolhimento de impostos.

Convocaram um outro Conselho. Discutiram e pensaram como baratear a execução. Um dos soldados, por exemplo, não poderia se encarregar da tarefa de uma maneira mais simples e crua? O General foi chamado e consultado:

— Consentiria o senhor em indicar um soldado que cortasse a cabeça do criminoso? O exército nunca se incomoda de matar durante uma guerra. Na verdade, para tal os soldados são preparados.

O General discutiu o assunto com seus homens para ver se algum deles se incumbiria do caso. Mas nenhum deles aceitou.

— Não — disseram eles. — Não sabemos como fazer isso; não é nada do que tenhamos aprendido.

Os ministros voltaram a pensar em repensar. Nomearam uma Comissão e um Comitê e um Subcomitê, e acabaram por concluir que o melhor seria transformar a sentença

de morte em prisão perpétua. O que permitira ao Rei demonstrar a sua misericórdia, além de sair muito mais barato.

O Rei concordou e o problema ficou resolvido. O único inconveniente então era que não existia prisão apropriada para um homem condenado para o resto da vida. Havia um pequeno presídio onde as pessoas às vezes ficavam detidas temporariamente, mas não uma prisão forte e de uso permanente.

Apesar disso, conseguiram encontrar um lugar que servisse e lá colocaram o rapaz com um guarda de plantão. O guarda tinha de vigiar o criminoso e apanhar a comida na cozinha do palácio.

O prisioneiro lá ficou mês após mês até completar um ano. Mas quando o ano passou, o reizinho, verificando sua renda, reparou num novo item nas suas despesas. Era, claro, a manutenção do criminoso e não era pouca coisa.

Havia um guarda especial para dele cuidar e ainda havia a alimentação do homem. E o pior é que o sujeito era jovem e saudável, podendo viver uns cinquenta anos ou mais. Pensou bem no assunto e concluiu que aquela solução não daria certo.

O Rei então mandou reunir seus ministros e disse-lhes:

— É preciso encontrar uma maneira mais barata de se lidar com esse infeliz. A maneira atual é cara demais.

Os ministros pensaram, até que um deles concluiu:

— Cavalheiros, na minha opinião precisamos despedir o guarda.

— Mas assim é lógico que o prisioneiro irá fugir — retorquiu um outro.

— Bem — disse o primeiro —, que fuja e que o diabo o carregue.

Levaram o resultado da deliberação ao reizinho, que com eles concordou. O guarda foi despedido e eles aguardaram para ver o que iria acontecer. Aconteceu apenas que, chegando a hora da refeição, o criminoso saiu à procura do guarda e, não o encontrando, foi até a cozinha real buscar sua própria comida. Recebeu o que lhe deram, voltou à prisão, fechou a porta da cela e continuou lá dentro.

No dia seguinte aconteceu a mesma coisa: foi buscar a sua comida na hora indicada; mas quanto a fugir, não demonstrou ele a menor intenção.

Que fazer? Voltaram as autoridades a estudar o assunto.

— Precisamos dizer a ele claramente que não queremos mantê-lo na prisão — concluíram.

E o ministro da Justiça mandou que o trouxessem à sua presença.

— Por que você não foge? — perguntou o ministro. — Não há nenhum guarda a impedi-lo. Pode ir embora quando quiser que o Rei não se importa.

— O Rei talvez não se importe — disse o homem —, mas eu não tenho para onde ir. Vou fazer o quê? Os senhores arruinaram meu caráter com a sentença a que me condenaram e todos me darão as costas daqui em diante. Além do mais, perdi o hábito de trabalhar. Os senhores me trataram muito mal. Não é justo. Em primeiro lugar, quando me sentenciaram à morte, deviam ter me executado. Mas, não. Depois me condenaram à prisão perpétua e escalaram um guarda para me trazer a comida; algum tempo depois, tiraram o guarda e obrigaram que eu mesmo fosse buscar a comida. Mais uma vez não

me queixei. Agora, porém, querem que eu fuja! Não posso concordar com isso. Façam o que bem quiserem; eu não fugirei!

Mais uma vez o Conselho se reuniu. Que atitude adotar? O homem se negava a sair. Refletiram e voltaram a refletir. O único meio de se livrarem dele era oferecer-lhe uma pensão. E foi isso que disseram ao Rei.

— Não há outra saída — falaram. — Precisamos nos desembaraçar dele de qualquer maneira.

Fixaram uma quantia e anunciaram a conclusão ao prisioneiro.

— Bem — concordou ele —, eu não me importo, desde que se comprometam a pagar sempre em dia. Sob esta condição, consinto em ir embora.

E assim o assunto foi encerrado.

Ele recebeu um terço da sua anuidade adiantado, deixou os domínios do Rei e instalou-se do outro lado da fronteira, onde comprou um pedacinho de terra, pôs-se a plantar legumes para vender no mercado e assim vivia ele confortavelmente.

Sempre na data exata, ele recebe a pensão. Assim que a recebe, corre para as mesas de jogo, aposta dois ou três francos, às vezes ganha, às vezes perde, e logo volta para casa. Vive tranqüilamente, e muito bem.

Por sorte, não cometeu ele seu crime num país no qual não se resmungava contra as despesas para cortar a cabeça de um homem, ou para mantê-lo na prisão pelo resto da vida.

Tradução de Flávio Moreira da Costa